

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

## **RELATÓRIO CONTÁBIL**

### **2º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023**

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às  
Demonstrações Contábeis do Ministério do  
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Órgão  
Superior 49000), relativas ao 1º Trimestre do Exercício  
de 2023.

Brasília - DF, 31 de julho de 2023

**MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR**

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

**SECRETÁRIA EXECUTIVA**

Fernanda Machiaveli

**SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Diego Donizetti Gonçalves Machado

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Eduardo Franca Neves Bassani

**COORDENADOR DE CONTABILIDADE**

Emerson Costa Nogueira Sousa

## Contexto Operacional

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é órgão da administração pública federal direta, criado pela Medida Provisória 1.154, de 01 de janeiro de 2023, e tem como áreas de competência:

- ✓ Reforma agrária, regularização fundiária em áreas rurais da União e do Incra;
- ✓ Acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais;
- ✓ Cadastros de imóveis rurais e governança fundiária;
- ✓ Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas;
- ✓ Desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar;
- ✓ Sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e Peri urbana;
- ✓ Cadastro nacional da agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais da agricultura familiar;
- ✓ Energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar;
- ✓ Assistência técnica e extensão rural voltadas à agricultura familiar;
- ✓ Infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários adaptadas à agricultura familiar, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Conservação e manejo dos recursos naturais vinculados à agricultura familiar;
- ✓ Pesquisa e inovação relacionadas à agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar;
- ✓ Biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar;
- ✓ Educação do campo;
- ✓ Políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais;

- ✓ Sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar;
- ✓ Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- ✓ Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; e
- ✓ Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluídos produtos da sociobiodiversidade.

Integram a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quatro secretarias, três órgãos colegiados, quatro entidades vinculadas:

1) órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia;
- b) Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental;
- c) Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar; e
- d) Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais.

2) Órgãos colegiados:

- a) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- b) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; e
- c) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais;

3) Entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (autarquia);
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (empresa pública);
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP (empresa pública);
- d) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa Minas (sociedade de economia mista)

### **Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis do MDA foram elaboradas observando o disposto na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000.; abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de suas entidades vinculadas no âmbito da administração direta e indireta (Órgão Superior 49000, no SIAFI).

Este Relatório Contábil do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar contém as seguintes Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964, complementadas pelas notas explicativas referentes aos seus itens mais relevantes:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

### **Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI:

**Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** – a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

**Caixa e equivalentes de caixa** – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

**Créditos a curto prazo** – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

No que diz respeito aos programas de empréstimos concedidos, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, por meio do Terra Brasil, tem por objetivo de promover a compra de terra de trabalhadores rurais, além de servir como instrumento de investimento em infraestrutura, contratação de assistência técnica e extensão rural, estruturação de projetos produtivos. Cabe destacar, nesse programa, a disponibilidade de três linhas de crédito:

1. PNCF. Social – abrange a região Norte e a área da SUDENE. É disponibilizada para o trabalhador rural que possua renda anual de até R\$24.898,49 e patrimônio limitado a R\$40.000,00. Os juros para essa linha de crédito são de 0,05%a.a. Podem obter bônus de 40%.
2. PNCF Mais – possui abrangência nas demais regiões, com exceção da SUDENE. Está disponível para o trabalhador rural que atenda aos seguintes requisitos: renda anual de até R\$49.796,98 e patrimônio líquido limitado a R\$80.000,00. Os juros praticados para essa linha de crédito são de 2,5a.a. Podem obter bônus de 20%.
3. PNCF Empreendedor – abrange todo o Brasil, para trabalhadores rurais que possuem renda anual de até R\$268.903,65 e patrimônio de até R\$500.000,00. Os juros cobrados são de 4%a.a. Nessa linha não há nenhum tipo de bonificação.

É importante ressaltar que para todas essas linhas de crédito disponibilizadas, tanto a renda anual quanto o teto do financiamento são de R\$174.289,41, atualizados anualmente pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Além disso, as linhas de crédito mencionadas possuem dois componentes: o subprojeto de aquisição de terras – SAT, para financiamento para a aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento; e o subprojeto de investimentos básicos – SIB, para projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT.

**Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MDA, a CONAB possui os maiores saldos desse grupo de ativos, em contas de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

**Ativo realizável a longo prazo** – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**Investimentos** – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado.

**Imobilizado** – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

**Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

**Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis –**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

**Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** – A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

**Reavaliação, redução ao valor recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

**Passivos circulantes e não circulantes** – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

**Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No MDA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas na CONAB;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na CONAB;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na CONAB; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo na CONAB.

**Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

**a) Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).



As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### **b) Orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### **c) Financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1. Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>1.492.233.847,02</b>	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>3.082.483.223,28</b>	-
<b>Ordinárias</b>	<b>309.635.284,13</b>	-	<b>Ordinárias</b>	<b>1.634.132.557,37</b>	-
<b>Vinculadas</b>	<b>1.060.031.502,64</b>	-	<b>Vinculadas</b>	<b>1.448.350.665,91</b>	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	12.774.265,45	-
Receitas Financeiras	42.170.627,77	-	Previdência Social (RPPS)	689.327.989,74	-
Alienação de Bens e Direitos	61.144.831,29	-	Receitas Financeiras	43.757.475,83	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	951.564.312,46	-	Dívida Pública	17.312.107,19	-
Recursos a Classificar	5.151.731,12	-	Alienação de Bens e Direitos	561.573,75	-
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	<b>122.567.060,25</b>	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	684.617.253,95	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>5.455.484.032,94</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>4.991.300.005,55</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	4.234.254.348,62	-	Resultantes da Execução Orçamentária	2.708.033.262,17	-
Cota Recebida	1.508.881.967,53	-	Repasse Concedido	1.348.015.017,05	-
Repasse Recebido	1.365.354.135,97	-	Sub-repasse Concedido	1.360.018.245,12	-
Sub-repasse Recebido	1.360.018.245,12	-	Independentes da Execução Orçamentária	2.283.266.743,38	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.221.229.684,32	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	227.510.340,43	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	455.636.618,76	-	Demais Transferências Concedidas	352.161.003,09	-
Demais Transferências Recebidas	351.556.136,26	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.703.595.399,86	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	412.699.443,62	-	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.337.485,68	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>1.824.648.577,57</b>	-	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>391.709.568,75</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	319.735.570,65	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	199.811.155,74	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.447.200.280,03	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	184.967.085,20	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.419.587,50	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.908.864,48	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	45.293.139,39	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	22.463,33	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	212.442,64	-	Valores Compensados	22.463,33	-
Restituições a Pagar	5.850,00	-			
Arrecadação de Outra Unidade	37.387.817,59	-			
Demais Recebimentos	7.687.029,16	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>3.516.836.795,06</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>3.823.710.455,01</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.516.836.795,06	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.823.710.455,01	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.289.203.252,59</b>	-	<b>TOTAL</b>	<b>12.289.203.252,59</b>	-

## 2. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.430.218.537,00</b>	<b>2.430.218.537,00</b>	<b>1.402.673.250,68</b>	<b>-1.027.545.286,32</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>56.816.464,00</b>	<b>56.816.464,00</b>	<b>15.637.538,81</b>	<b>-41.178.925,19</b>
Taxas	56.816.464,00	56.816.464,00	15.637.538,81	-41.178.925,19
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>1.394.744.416,00</b>	<b>1.394.744.416,00</b>	<b>1.192.471.893,01</b>	<b>-202.272.522,99</b>
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.394.744.416,00	1.394.744.416,00	1.192.471.893,01	-202.272.522,99
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>140.174.644,00</b>	<b>140.174.644,00</b>	<b>85.471.557,85</b>	<b>-54.703.086,15</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.009.536,00	10.009.536,00	4.870.855,23	-5.138.680,77
Valores Mobiliários	130.165.108,00	130.165.108,00	80.600.702,62	-49.564.405,38
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>95.372.517,00</b>	<b>95.372.517,00</b>	<b>27.520.370,30</b>	<b>-67.852.146,70</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.099.578,00	27.099.578,00	16.796.729,99	-10.302.848,01
Serviços e Atividades Financeiras	68.272.939,00	68.272.939,00	10.723.640,31	-57.549.298,69
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>743.110.496,00</b>	<b>743.110.496,00</b>	<b>81.571.890,71</b>	<b>-661.538.605,29</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.990.542,00	1.990.542,00	824.910,04	-1.165.631,96
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	55.172.714,00	55.172.714,00	28.991.554,48	-26.181.159,52
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	448.356,26	448.356,26
Demais Receitas Correntes	685.947.240,00	685.947.240,00	51.307.069,93	-634.640.170,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>276.331.661,00</b>	<b>276.331.661,00</b>	<b>89.560.596,34</b>	<b>-186.771.064,66</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>386.655,00</b>	<b>386.655,00</b>	-	<b>-386.655,00</b>
Operações de Crédito Internas	386.655,00	386.655,00	-	-386.655,00
<b>Alienação de Bens</b>	<b>94.210.324,00</b>	<b>94.210.324,00</b>	<b>60.547.407,42</b>	<b>-33.662.916,58</b>
Alienação de Bens Móveis	-	-	413.640,00	413.640,00
Alienação de Bens Imóveis	94.210.324,00	94.210.324,00	60.133.767,42	-34.076.556,58
<b>Amortização de Empréstimos</b>	<b>181.734.682,00</b>	<b>181.734.682,00</b>	<b>29.013.188,92</b>	<b>-152.721.493,08</b>
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>2.706.550.198,00</b>	<b>2.706.550.198,00</b>	<b>1.492.233.847,02</b>	<b>-1.214.316.350,98</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>2.706.550.198,00</b>	<b>2.706.550.198,00</b>	<b>1.492.233.847,02</b>	<b>-1.214.316.350,98</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>1.590.249.376,26</b>	<b>1.590.249.376,26</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.706.550.198,00</b>	<b>2.706.550.198,00</b>	<b>3.082.483.223,28</b>	<b>375.933.025,28</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	<b>273.671.160,00</b>	-	<b>-273.671.160,00</b>
Superavit Financeiro	-	-	-	-

Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	273.671.160,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.211.993.570,00</b>	<b>3.946.066.426,00</b>	<b>3.017.496.770,02</b>	<b>1.634.178.449,07</b>	<b>1.314.471.584,12</b>	<b>928.569.655,98</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.063.983.642,00	2.228.824.790,00	2.030.572.931,50	1.123.120.383,65	824.187.761,65	198.251.858,50
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.148.009.928,00	1.717.241.636,00	986.923.838,52	511.058.065,42	490.283.822,47	730.317.797,48
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>529.481.280,00</b>	<b>976.289.765,00</b>	<b>64.986.453,26</b>	<b>1.104.494,18</b>	<b>1.075.788,48</b>	<b>911.303.311,74</b>
Investimentos	84.493.369,00	521.657.028,00	7.086.113,26	1.104.494,18	1.075.788,48	514.570.914,74
Inversões Financeiras	444.987.911,00	454.632.737,00	57.900.340,00	-	-	396.732.397,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	922.393.530,00	922.393.530,00	-	-	-	922.393.530,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>4.663.868.380,00</b>	<b>5.844.749.721,00</b>	<b>3.082.483.223,28</b>	<b>1.635.282.943,25</b>	<b>1.315.547.372,60</b>	<b>2.762.266.497,72</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>4.663.868.380,00</b>	<b>5.844.749.721,00</b>	<b>3.082.483.223,28</b>	<b>1.635.282.943,25</b>	<b>1.315.547.372,60</b>	<b>2.762.266.497,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.663.868.380,00</b>	<b>5.844.749.721,00</b>	<b>3.082.483.223,28</b>	<b>1.635.282.943,25</b>	<b>1.315.547.372,60</b>	<b>2.762.266.497,72</b>

#### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>66.851.787,28</b>	<b>182.660.061,00</b>	<b>125.899.822,72</b>	<b>122.689.289,52</b>	<b>8.834.899,64</b>	<b>117.987.659,12</b>
Pessoal e Encargos Sociais	105.995,46	9.714.220,39	727.202,61	727.202,61	6.993.696,91	2.099.316,33
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	66.745.791,82	172.945.840,61	125.172.620,11	121.962.086,91	1.841.202,73	115.888.342,79
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>269.188.638,93</b>	<b>300.234.834,44</b>	<b>74.681.495,61</b>	<b>62.277.795,68</b>	<b>43.320.901,95</b>	<b>463.824.775,74</b>
Investimentos	224.216.969,08	113.532.954,23	34.325.928,99	21.922.229,06	3.753.441,18	312.074.253,07
Inversões Financeiras	44.971.669,85	186.701.880,21	40.355.566,62	40.355.566,62	39.567.460,77	151.750.522,67
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>336.040.426,21</b>	<b>482.894.895,44</b>	<b>200.581.318,33</b>	<b>184.967.085,20</b>	<b>52.155.801,59</b>	<b>581.812.434,86</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.759.118,08</b>	<b>183.263.746,57</b>	<b>173.721.428,54</b>	<b>314.922,25</b>	<b>18.986.513,86</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.088.891,72	125.782.369,94	125.452.012,13	11.614,23	1.407.635,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.670.226,36	57.481.376,63	48.269.416,41	303.308,02	17.578.878,56
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>16.404.810,34</b>	<b>39.172.584,61</b>	<b>26.089.727,20</b>	<b>1.057.705,95</b>	<b>28.429.961,80</b>
Investimentos	13.873.399,43	34.190.305,58	20.162.683,29	977.765,96	26.923.255,76
Inversões Financeiras	2.531.410,91	4.982.279,03	5.927.043,91	79.939,99	1.506.706,04
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.163.928,42</b>	<b>222.436.331,18</b>	<b>199.811.155,74</b>	<b>1.372.628,20</b>	<b>47.416.475,66</b>

### 3. Balanço Patrimonial

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.005.437.313,73</b>	<b>-</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.823.710.455,01	-
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>3.063.878.967,87</b>	<b>-</b>
Clientes	5.960.572,85	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.726.119.294,16	-
Demais Créditos e Valores	1.334.693.656,81	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-2.894.555,95	-
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Estoques	114.806.789,26	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	3.041.101,59	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>247.757.036.224,97</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>19.087.746.213,70</b>	<b>-</b>
Créditos a Longo Prazo	19.087.746.145,96	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.443.367.960,45	-
Dívida Ativa Não Tributária	138.870.250,67	-
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-
Demais Créditos e Valores	9.505.507.934,84	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	67,74	-
Estoques	-	-
<b>Investimentos</b>	<b>6.292.212,22</b>	<b>-</b>
Participações Permanentes	4.295.729,26	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	3.370,22	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	14.763.062,47	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10.470.703,43	-
Propriedades para Investimento	1.995.321,48	-
Propriedades para Investimento	2.849.856,93	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-854.535,45	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	1.161,48	-
Demais Investimentos Permanentes	1.161,48	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>228.629.670.681,68</b>	<b>-</b>
Bens Móveis	273.622.620,26	-
Bens Móveis	524.097.641,26	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-247.085.651,05	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-3.389.369,95	-
Bens Imóveis	228.356.048.061,42	-
Bens Imóveis	228.612.447.292,15	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-256.399.230,73	-
<b>Intangível</b>	<b>33.327.117,37</b>	<b>-</b>
Softwares	33.117.871,44	-
Softwares	36.197.941,69	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	209.245,93	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	209.445,93	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-200,00	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>254.762.473.538,70</b>	<b>-</b>

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.476.937.113,72</b>	<b>-</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	390.390.634,22	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	58.788.484,76	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.577.650,66	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	55.141.906,24	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	971.038.437,84	-
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.344.136.220,57</b>	<b>-</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	363.034.812,77	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	981.101.407,80	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>2.821.073.334,29</b>	<b>-</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social	302.801.001,74	-
Reservas de Capital	7.626,91	-
Reservas de Lucros	43.920.346,78	-
Demais Reservas	12.760.314,16	-
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>251.581.910.914,82</b>	<b>-</b>
Resultado do Exercício	4.609.046.535,77	
Resultados de Exercícios Anteriores	246.958.342.520,71	
Ajustes de Exercícios Anteriores	14.521.858,34	
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>251.941.400.204,41</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>254.762.473.538,70</b>	<b>-</b>

**QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	4.076.069.147,33	-	PASSIVO FINANCEIRO	2.416.872.591,93	-
ATIVO PERMANENTE	250.686.404.391,37	-	PASSIVO PERMANENTE	2.417.346.203,26	-
			SALDO PATRIMONIAL	249.928.254.743,51	

**QUADRO DE COMPENSAÇÕES**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	508.558.374,17	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.325.156.475,30	-
Atos Potenciais Ativos	508.558.374,17	-	Atos Potenciais Passivos	3.325.156.475,30	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	69.634.536,52	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	7.178,66	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	436.116.915,28	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.305.894.522,62	-
Direitos Contratuais	2.806.922,37	-	Obrigações Contratuais	2.019.254.774,02	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	508.558.374,17	-	TOTAL	3.325.156.475,30	-

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-996.247.439,32
Recursos Vinculados	2.655.443.994,72
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.148.271,63
Previdência Social (RPPS)	-333.499.538,27
Receitas Financeiras	-7.041.966,54
Dívida Pública	2.495.481.676,87
Alienação de Bens e Direitos	368.036.352,31
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	11.526.188,50



Outros Recursos Vinculados	122.089.553,48
<b>TOTAL</b>	<b>1.659.196.555,40</b>

#### 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>269.833.851,36</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>6.915.657.567,87</b>	<b>-</b>
Receita Tributária	15.637.538,81	-
Receita de Contribuições	1.192.471.893,01	-
Receita Patrimonial	4.911.613,02	-
Receita de Serviços	27.520.370,30	-
Remuneração das Disponibilidades	80.559.944,83	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	81.571.890,71	-
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	5.512.984.317,19	-
Ingressos Extraorçamentários	12.419.587,50	-
Restituições a Pagar	5.850,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	5.455.484.032,94	-
Arrecadação de Outra Unidade	37.387.817,59	-
Demais Recebimentos	7.687.029,16	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-6.645.823.716,51</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-1.488.392.163,44</b>	<b>-</b>
Administração	-57.262,12	-
Assistência Social	-64.199.978,73	-
Previdência Social	-328.746.438,90	-
Saúde	-	-
Direitos da Cidadania	-164.762,22	-
Agricultura	-190.769.258,88	-
Organização Agrária	-731.529.518,61	-
Encargos Especiais	-173.137.386,62	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	212.442,64	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-159.200.219,71</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-40.419.037,27	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-4.735.420,04	-
A Municípios	-35.683.617,23	-
Intragovernamentais	-113.948.386,31	-

Outras Transferências Concedidas	-4.832.796,13	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-4.998.231.333,36</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-6.908.864,48	-
Transferências Financeiras Concedidas	-4.991.300.005,55	-
Valores Compensados	-22.463,33	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>37.039.808,59</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>89.560.596,34</b>	-
Alienação de Bens	60.547.407,42	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	29.013.188,92	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-52.520.787,75</b>	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.143.189,47	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-45.161.540,81	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.216.057,47	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>306.873.659,95</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>3.516.836.795,06</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>3.823.710.455,01</b>	-

## 5. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>13.337.242.491,07</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>22.336.951,86</b>	-
Taxas	22.336.951,86	-
<b>Contribuições</b>	<b>1.182.080.078,86</b>	-
Contribuições Sociais	19.126.132,65	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.162.953.946,21	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>50.932.794,54</b>	-
Venda de Mercadorias	37.063.804,66	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	13.868.989,88	-

<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>171.157.582,93</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	10.895.648,43	-
Juros e Encargos de Mora	43.125.425,53	-
Variações Monetárias e Cambiais	36.574.192,31	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	80.559.944,83	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.371,83	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>6.241.541.674,57</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	5.977.320.004,92	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	264.221.669,65	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>5.469.549.651,28</b>	<b>-</b>
Reavaliação de Ativos	4.872.016.108,31	-
Ganhos com Alienação	413.640,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	242.932.941,27	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	354.186.961,70	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>199.643.757,03</b>	<b>-</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	56.622.883,24	-
Resultado Positivo de Participações	38.877,91	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	65.759.505,34	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	77.222.490,54	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>8.728.195.955,30</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>810.282.230,67</b>	<b>-</b>
Remuneração a Pessoal	562.517.854,78	-
Encargos Patronais	226.003.086,63	-
Benefícios a Pessoal	18.448.515,31	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.312.773,95	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>398.458.780,09</b>	<b>-</b>
Aposentadorias e Reformas	261.209.227,41	-
Pensões	127.865.137,16	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.384.415,52	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>483.180.109,64</b>	<b>-</b>
Uso de Material de Consumo	4.157.472,33	-
Serviços	468.232.651,14	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.789.986,17	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>940.299,73</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Mora	72.848,08	-
Variações Monetárias e Cambiais	864.897,98	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.553,67	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>5.627.407.703,39</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	5.524.826.437,23	-
Transferências Intergovernamentais	35.492.686,67	-
Transferências ao Exterior	182.796,13	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	66.905.783,36	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>1.237.946.574,98</b>	<b>-</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	599.063.180,22	-
Perdas Involuntárias	294.343,99	-
Incorporação de Passivos	455.174.587,82	-
Desincorporação de Ativos	183.414.462,95	-
<b>Tributárias</b>	<b>11.857.850,80</b>	<b>-</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.768.631,69	-
Contribuições	1.089.219,11	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>69.485.071,02</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	69.485.071,02	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>88.637.334,98</b>	<b>-</b>
Subvenções Econômicas	4.195.876,02	-
Constituição de Provisões	69.158.953,44	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	15.282.505,52	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>4.609.046.535,77</b>	<b>-</b>

## 6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2022</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	43.920.346,78	12.760.314,16	246.784.615.054,77	-	-	247.144.104.344,36
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	188.249.324,28	-	-	188.249.324,28
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.609.046.535,77	-	-	4.609.046.535,77
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2023</b>	<b>302.801.001,74</b>	-	<b>7.626,91</b>	<b>43.920.346,78</b>	<b>12.760.314,16</b>	<b>251.581.910.914,82</b>	-	-	<b>251.941.400.204,41</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentam-se as notas explicativas referentes aos fatos, valores e registros mais relevantes na análise das demonstrações contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no segundo trimestre de 2023.

Inicialmente cumpre destacar que o Órgão 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, foi recriado no SIAFI no exercício de 2023. Portanto não há dados referentes ao Órgão no exercício de 2022 para servir de parâmetro de comparação para análises horizontais das demonstrações contábeis. Assim, a data base para análise durante todo o exercício de 2023 será janeiro/2023.

### Nota 01 - Clientes – CP

O saldo neste grupo de contas se concentra no Órgão 22211 – CONAB, e se referem a duplicatas a receber, referente a prestação de serviços de armazenagem de grãos. A variação percentual na conta se justifica pela sazonalidade dos produtos armazenados, típico dessa prestação de serviços.

O saldo de R\$ 5,9 milhões está registrado nas diversas unidades gestoras operacionais da CONAB.

### Nota 02 - Clientes – LP

A variação patrimonial negativa (-100%) nesse grupo de contas, se deram pela baixa do saldo de seis devedores registrados na Unidade da CONAB no estado do Rio de Janeiro, autorizados pelo Superintendente Regional, em conformidade com a Resolução 003/2012 – CONAB.

### Nota 03 – VPDs Pagas Antecipadamente – CP

As VPDs pagas antecipadamente, que tiveram uma variação percentual de 74,71% no período, estão concentradas na CONAB, e se referem ao pagamento de tributos, em especial de IPTU referente aos imóveis da empresa situados nos diversos estados da federação.

### Nota 04 – Demais Investimentos Permanentes

A variação percentual negativa (-63,51%), se deu em função da baixa, pela CONAB, de Notas do Tesouro Nacional, após cancelamento perante o Banco Central, conforme Relatório de Baixas por Competência da Companhia, de abril/2023.

### Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abaixo segue a composição do Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

	JAN/2023	JUN/2023
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	4.309.962,50	27.264.089,38
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.832.792,37	3.035.952,69
VIAGENS - ADIANTAMENTO	120.244,52	350.468,10

SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	10.353.507,61	10.467.225,27
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1.235.198,74	1.604.343,20
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	90.477.640,56	80.599.498,36
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	28.621,45	28.621,45
ADIANTAMENTO DE IRPJ E CSLL		0,00
<b>TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>112.357.967,75</b>	<b>123.350.198,45</b>
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(868.922,81)	(868.922,81)
<b>TOTAL AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO</b>	<b>(868.922,81)</b>	<b>(868.922,81)</b>
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	22.265,41	34.710,85
CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	1.725.827,45	1.725.827,45
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	133.043,81	133.043,81
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	4.799.559,73	4.799.559,73
<b>TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER</b>	<b>6.680.696,40</b>	<b>6.693.141,84</b>
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	5,45	5,45
<b>TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER</b>	<b>5,45</b>	<b>5,45</b>
ALUGUEIS A RECEBER	351,67	0,00
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	172.297,51	842.477,43
VALOR A REC C/GRU DE DESP VINC CONVEN ESTORNA	45.237,53	45.237,53
SAQUES POR CARTAO DE PAGTO A CLASSIFICAR	3.440,00	3.440,00
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	652.872,24	28.126,94
CRED A REC POR REEMB SALARIO MATERNIDADE PG	0,00	6.403,13
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	131.391,84	381.747,20
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	29.268.576,03	26.685.269,74
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	57.655.048,87	62.886.681,28
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.014,85	1.014,85
RECURSOS DA UNIAO	98.053.089,52	80.000.609,84
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	185.975.514,16	208.394.445,21
CREDITOS PARCELADOS	4.576.492,68	2.847.216,70
CRED A REC - REGULARIZ FUNDIARIA E REF AGRARI		0,00
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	456.896.313,42	650.179.401,87
<b>TOTAL OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>833.431.640,32</b>	<b>1.032.302.071,72</b>
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	77.037.885,45	79.343.687,15
ICMS DIFERIDO	86.330.334,01	86.330.334,01
IRRF A COMPENSAR	28.420,46	50.683,36
IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR	1.043,60	6.618.221,89
COFINS A RECUPERAR / COMPENSAR	3.130,82	4.366,81
PIS/PASEP A RECUPERAR/COMPENSAR	678,33	946,13
IR E CSLL A RECUPERAR / COMPENSAR - INTRA	0,00	0,00
<b>TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR</b>	<b>163.401.492,67</b>	<b>172.348.239,35</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.115.002.879,78</b>	<b>1.333.824.734,00</b>

Verifica-se que 48% do valor total se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal para consecução das políticas do Ministério e seus Órgãos vinculados.

Outra rubrica expressiva neste grupo de contas são os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União. Representando 15,62%, os valores se referem a registros de doações de alimentos em atendimento entidades públicas e as de interesse social na suplementação de oferta de alimentos

aos segmentos carentes da população; e pagamento de despesas com pagamentos de subvenções econômicas

#### Nota 06 – Estoques - CP

Do valor total de R\$ 114 milhões, 94% são estoques destinados à revenda ou doação, administrados pela CONAB. A Doação de alimentos dos estoques governamentais visa promover ações de suplementação alimentar, em articulação com entidades públicas e/ou de interesse social, com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional. Podem ser doados produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar (amparado pela Resolução nº 81/2018, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPA); bem como saldos remanescentes de produtos adquiridos para atendimento à Ação de Distribuição de Alimentos - ADA, vinculados ao estoque estratégico, com prazo de validade igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) dias; além de produtos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), conforme legislação específica.

#### Nota 07 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 89,74% do ativo total do MDA, num valor total de R\$ 228.612.447.292,15, assim distribuídos entre os órgãos que compõem o Ministério:

	INCRA	CONAB	MDA
BENS DE USO ESPECIAL	225.962.533.473,46	304.446.433,54	
BENS DOMINICAIS	1.814.935.801,69		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	462.178.072,58	19.289.332,90	
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.252.248,01	9.727.758,41	17.937.968,00
INSTALAÇÕES	14.528.545,71	178.634,50	
DEMAIS BENS IMÓVEIS	4.439.023,35		
DEPREC./ACUM./AMORT. ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(31.034.073,27)	(225.365.157,46)	
<b>TOTAL</b>	<b>228.229.833.091,53</b>	<b>108.277.001,89</b>	<b>17.937.968,00</b>

Do total dos bens imóveis, se destacam os Bens de Uso Especial registrados no INCRA que representam 99%. A tabela a seguir apresenta a composição deste grupo:

BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	SALDO
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	99.477.945.277,21
TERRENOS, GLEBAS	125.355.005.155,45
EDIFÍCIOS	285.594.213,18
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	60.214.119,42
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	8.015.861,16
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	1.080.205.280,58
<b>TOTAL</b>	<b>226.266.979.907,00</b>

As contas Fazendas, Parque e Reservas; e Terrenos e Glebas, que representam 99,36% dos bens de Uso Especial, estão registradas no INCRA são, de fato, bens dominicais destinados à reforma agrária, classificados como bens de uso especial por determinação da Portaria Conjunta STN-SPU no 3/2014, que obriga o uso do SPIUnet para a gestão dos bens imóveis do Incra. Esse sistema faz o controle



patrimonial e os registros contábeis no SIAFI, mas somente movimenta contas de bens imóveis de uso especial.

Os imóveis destinados à reforma agrária, inseridos no SPIUnet, são valorados com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo INCRA, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

#### **Nota 08 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo**

Do valor total de R\$ 9,5 bilhões, 82% se referem a conta “Créditos a receber – Regularização” que registra os valores a receber decorrentes da emissão de títulos, pela União, em processos de regularização fundiária de terras de sua competência, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

#### **Nota 09 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos - LP**

Nessa conta estão registrados os empréstimo e financiamentos concedidos por INCRA e CONAB, com a seguinte distribuição:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	SALDO (EM R\$)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	6.308.929.767,84
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	3.134.438.192,61
<b>TOTAL</b>	<b>9.443.367.960,45</b>

No âmbito do INCRA, os empréstimos se destinam a agricultores assentados, para a aquisição e/ou investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos, aquisição de insumos e outros.

Já no Fundos de Terras, os financiamentos se destinam a promover a aquisição de terras por trabalhadores rurais, além de servir como instrumento de investimento em infraestrutura, contratação de assistência técnica e extensão rural, e estruturação de projetos produtivos.

#### **Nota 10 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Órgãos vinculados:

ÓRGÃO	SALDO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	3.120.151.817,25
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	450.904.805,56
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	12.270.533,29
FUNDO DE TERRAS	240.383.298,91
<b>TOTAL</b>	<b>3.823.710.455,01</b>

A distribuição por tipo de disponibilidade está assim composta:

CONTA CONTÁBIL	SALDO
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5.379.639,72
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.950,00
TITULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	2.543.040.138,14
TITULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA EM TRANSITO	43.412.351,55
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	3.585.302,70
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.180.557,60
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	988.018.729,95
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	238.624.273,98
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO-PAGTO INST - OFSS	323.164,32
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- OP/PI - OFSS	138.347,05
<b>TOTAL</b>	<b>3.823.710.455,01</b>

Do valor total registrado, 68% se referem a Títulos da Dívida Agrária, que compõe o ativo do INCRA, e se referem às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária

#### **Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – CP**

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos Concedidos a Receber, no total de R\$ 88 milhões, que se referem a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, registrados no INCRA;
- b) E os Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 1,63 bilhão (94% do valor total) e se referem à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03. Referem-se a valores próprios do Fundo, oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira e reembolso, em poder do BNDES, disponíveis para concessão de novos empréstimos no âmbito do PNCF.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

#### **Nota 12 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP**

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos a Receber, no total de R\$ 6,2 bilhões, registrados no INCRA, referentes a valores a receber de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- b) E os Financiamentos Concedidos a Receber – no total de R\$ 3,1 bilhões, referentes aos contratos de financiamentos firmados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

#### **Nota 13 – Outras Obrigações a Curto Prazo**

Do valor total de R\$ 879 milhões, 53% estão registrados na CONAB, e se referem ao registro do diferimento da receita da política de estoques públicos. Outros 43% se referem a Termos de Execução Descentralizada a Comprovar, firmados por INCRA, CONAB e MDA.

#### **Nota 14 – Outras Obrigações a Longo Prazo**

Do valor total de R\$ 990 milhões, que correspondem a 34,75% do passivo total do órgão Superior, R\$ 980 milhões está registrado na CONAB e decorre da diferença entre a atualização do contrato de saldamento e as parcelas pagas, firmado entre a Empresa e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS). O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Em junho/2023 foi paga a parcela 42/228 do acordo.

#### **Nota 15 – Provisões para Riscos Trabalhistas**

Nessa rubrica estão registrados Riscos Trabalhistas a serem desembolsados a longo prazo, conforme planilha de Provisões Passivas, elaboradas pelas áreas jurídicas da Companhia, num total de R\$ 276 milhões, o que representa 9,79 % do passivo total do órgão Superior.

#### **Nota 16 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP**

Representando 2,08% do passivo total do órgão, esse grupo de contas tem saldo de R\$ 58 milhões, assim distribuídos pelos órgãos do MDA:

ÓRGÃO		SALDO - R\$
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	39.792.546,01
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	13.840.547,49
49000	MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR	5.155.391,26

TOTAL	58.788.484,76
-------	---------------

#### **Nota 17 – Transferências Intragovernamentais (VPA)**

As transferências intragovernamentais representam 44,82% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício, muito impactadas pelas transferências dos saldos contábeis do Ministério da Agricultura e Pecuária para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em função da reforma administrativa promovida pela MP 1.154/2023.

#### **Nota 18 – Reavaliação de Ativos**

O valor de R\$ 4,8 bilhões, que representa 36,53% das VPAs totais no período, se referem a reavaliação de bens imóveis de uso especial promovida pelas Superintendências do INCRA nos Estados do Maranhão e de Goiás.

#### **Nota 19 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico**

Representado 8,72% das VPAs do Órgão, num montante de R\$ 1,1 bilhão, o valor se refere à arrecadação da CIDE pela Receita Federal, repassada ao INCRA, decendialmente.

#### **Nota 20 – Outras Transferências e Delegações Recebidas**

Do valor total registrado nesse grupo de VPAs, R\$ 231 milhões (87,74%) se referem ao recebimento de transferência de bens imóveis de uso especial pela Superintendência do INCRA no estado do Mato Grosso do Sul, da Superintendência do Patrimônio da União do mesmo estado federativo, no mês de janeiro.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA

Contador Responsável

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar